

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.637 - RS (2019/0295602-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : ELIANA TEREZINHA SOUZA DE SOUZA (PRESO)
RECORRENTE : CLADIMILSON DUTRA DE LIMA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **ELIANA TEREZINHA SOUZA DE SOUZA** e **CLADIMILSON DUTRA DE LIMA**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a seguinte ementa:

"[...] *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE ADOLESCENTE. HIGIDEZ DO *PERICULUM LIBERTATIS*. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA.

1. As peculiaridades dos delitos imputados, as condições pessoais de ambos os pacientes e as suas periculosidades (evidenciadas pelo *modus operandi*) justificam a segregação preventiva, afigurando-se hígidos o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*. No caso, sobressai do Inquérito Policial que os pacientes foram presos em flagrante por suposto envolvimento prática dos delitos de tráfico, associação ao tráfico de drogas e corrupção de adolescente. Na ocasião, houve a apreensão de três adolescentes, bem como de expressiva quantidade e variedade de substâncias ilícitas.

2. Não bastassem as particularidades dos fatos imputados no delito originário deste writ, existe informação no sentido de que os denunciados já foram condenados por outra suposta prática dos delitos da Lei nº 11.343/2006.

3. Ainda, há notícia de que o paciente CDL havia fugido do sistema carcerário durante execução de suas penas, sendo recapturado tão somente quando do flagrante por este processo.

4. Tal cenário justifica a medida cautelar, para garantia da ordem pública e instrução criminal, ante as circunstâncias dos delitos imputados e a existência de sensível probabilidade de os réus reiterarem a prática delituosa, obstaculizar o andamento processual e furtar-se da aplicação da lei penal.

5. Segregação mantida. ORDEM DENEGADA" (e-STJ, fl. 273).

Consta dos autos que os recorrentes foram presos, preventivamente, pela suposta prática dos crimes de tráfico, associação para o tráfico e corrupção de menores, na data de 25/2/2019.

Neste recurso, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea para manutenção do decreto prisional, bem como no fato de a jurisprudência desta Corte não admitir que "a

Superior Tribunal de Justiça

prisão processual seja amparada na mera gravidade abstrata do delito" (e-STJ, fl. 305).

Pleiteia, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura em benefício dos recorrentes.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, ao Juízo de Direito da Vara Judicial da Comarca de Mostardas/RS, informações a serem prestadas por malote digital, preferencialmente – e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator